



RESENHA

INTERSECCIONALIDADES: UMA NOVA FORMA DE DISCUTIR O ENVELHECIMENTO NO BRASIL

Lilian Liang¹

Resenha do livro: AZEVEDO, Celina Dias (org.). *Velhices: perspectivas e cenário atual na pesquisa Idosos no Brasil*. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2023.

O Censo Demográfico 2022 não deixa dúvida: o Brasil envelhece a passos largos e em ritmo acelerado. De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população brasileira com 60 anos ou mais ultrapassa as 32 milhões de pessoas, totalizando 15,8% dos habitantes do País. Trata-se de um aumento de 56% em relação ao Censo de 2010, quando esse número era de 20,5 milhões.

O envelhecimento não é um fenômeno novo no Brasil. Em 2006, uma parceria entre o Sesc São Paulo e a Fundação Perseu Abramo viabilizou o desenvolvimento de uma pesquisa intitulada “Idosos no Brasil: vivências, desafios e expectativas na terceira idade”, cujo objetivo era traçar um panorama dos idosos naquele período e, com base nos dados coletados, contribuir para a elaboração de políticas públicas voltadas para essa camada da população. Tal pesquisa originou uma coletânea homônima de artigos, organizada por Anita Liberalesso Neri – então professora titular da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) – e publicada em 2007 pelas Edições Sesc.

Diante das mudanças ocorridas na sociedade e nessa área de estudo em mais de uma década, o Sesc São Paulo e a Fundação Perseu Abramo entenderam como necessária e pertinente a realização de uma nova pesquisa. O intuito era muito mais do que a simples atualização dos números. A segunda edição do estudo procurou entender quem é esse novo idoso e quais são suas necessidades. A pesquisa foi conduzida entre 2019 e 2020, tendo sido finalizada pouco antes do início da pandemia de Covid-19 no Brasil.

Os dados coletados nessa segunda edição do estudo são a matéria-prima que diversos estudiosos do campo da Gerontologia utilizaram para produzir a coletânea *Velhices: perspectivas e cenário atual na pesquisa Idosos no Brasil*. A obra aborda o envelhecimento sob diferentes prismas, em múltiplos contextos, fazendo uma costura entre os temas e deixando

¹ Jornalista. Mestre em Jornalismo pela Universidade da Califórnia (Berkeley) e especialista em Gerontologia pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). E-mail: lilian.liang34@gmail.com

claro que é impossível pensar em uma única velhice, geral e homogênea, num país com as características do Brasil, tanto socioeconômicas quanto culturais. Além das análises teóricas, os especialistas convidados examinaram as informações obtidas com a segunda edição da pesquisa, traçando um comparativo com os dados levantados em 2006 e procurando identificar as tendências para o futuro naquela determinada área.

Dividido em 17 capítulos, o livro contempla uma ampla gama de tópicos relevantes para compreender o processo de envelhecimento populacional no País, alguns dos quais nem tinham uma nomenclatura formal há uma década, como o etarismo. A interseccionalidade é um dos principais méritos dessa coletânea. Ao buscar “capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação” (Crenshaw, 2002, p. 171-188) a estudiosa estadunidense Kimberlé Crenshaw determina que a interseccionalidade “trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras” (Crenshaw, 2002, p. 171-188). Além disso, a interseccionalidade analisa de que maneira ações e políticas específicas criam opressões nesses contextos, gerando aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento.

Os dois primeiros capítulos – “O envelhecer nos diferentes Brasis em perspectiva” e “Preâmbulos e considerações” – trazem uma apresentação geral e breves comentários da organizadora Celina Dias Azevedo acerca da obra, dando ao leitor uma prévia do conteúdo que encontrará nas páginas seguintes.

No capítulo “A dor da gente não sai no jornal: a retórica neoliberal em notícias sobre vacinação de idosos contra Covid-19”, os autores Valmir Moratelli e Tatiana Siciliano analisam matérias veiculadas no jornal *O Globo* entre janeiro de 2021 e janeiro de 2022, durante a pandemia, com o propósito de entender de que maneira a mídia retrata os idosos. Os achados são alarmantes e desanimadores: os idosos são apresentados como uma categoria homogênea, vulnerável e frágil – a última característica sustentada pela “retórica da perda, pela proximidade da morte e, por fim, pela inutilidade no sistema neoliberal” (p. 42). Para os autores, apesar da importante função da mídia no estímulo à vacinação e no combate às *fake news*, ela peca por não retratar a velhice em toda a sua diversidade e de uma forma que valorize o idoso como parte integrante e produtiva da sociedade.

O papel da família no envelhecimento é o tópico analisado por Solange Maria Teixeira no quinto capítulo, “Envelhecimento e família”. A autora não apenas coloca em xeque a ideia de que o melhor lugar para o idoso seja junto de sua família, que se tornaria responsável por seus cuidados, mas

questiona também o próprio conceito de família. Segundo ela, trata-se de uma construção social e histórica, ao mesmo tempo ambígua e contraditória: se, por um lado, os núcleos familiares podem ser fonte de cuidado, acolhimento e amor, por outro, eles também podem ser palco para “exploração do trabalho, do exercício da autoridade e da violência” (p. 53). As próprias transformações por que passa o conceito contemporâneo de família, diz a autora, exigem uma reflexão profunda acerca do melhor lugar e da melhor forma de se viver o envelhecimento.

Na sequência, Regiane C. Galante discorre sobre as relações entre lazer e longevidade no artigo “Lazer e envelhecimento satisfatório”. Apoiada em outros teóricos, a autora refuta a ideia de que a aposentadoria bem aproveitada é aquela em que o idoso está necessariamente engajado em alguma atividade para preencher o tempo livre, já que tal conceito reforçaria a lógica de produtividade imposta pelo capitalismo. Ao mesmo tempo, Galante destaca a necessidade de serem criadas oportunidades de lazer que não dependam de poder aquisitivo ou boas condições de saúde para serem usufruídas, já que muitas pessoas idosas se veem excluídas dessas atividades por falta de condições financeiras ou saúde comprometida. Para ela, é fundamental construir o lazer de forma ampliada, com menos foco no “fazer” e mais ênfase no “experienciar” – uma maneira de viver o envelhecimento não como uma fase marcada somente por perdas, mas um período de oportunidades para satisfação pessoal, com sentido e significado, no tempo livre.

No artigo “Se alguém perguntar por mim, diz que fui por aí: ensaio sobre uma educação que (des)inquieta”, Cinthia Lucia de Oliveira Siqueira e Lisa Valéria Torres exploram o papel da educação no envelhecimento de qualidade. Embora ressaltem a importância da aprendizagem ao longo da vida como um movimento que permite uma construção continuada do indivíduo que envelhece, as autoras também alertam para o perigo da instrumentalização desse processo para uma conformidade à lógica capitalista, voltada exclusivamente para a produção: o aprendizado “a favor da empregabilidade, da flexibilidade e da competitividade econômica, como uma estratégia de preparação de velhos e velhas para se harmonizarem com uma sociedade adoecida” (p. 84). A dupla tece reflexões sobre tradição oral e saberes não necessariamente letrados e convidam a uma disrupção na forma como se enxerga a educação na velhice: mais do que o ensino formal e utilitário, um aprender e ensinar nas relações.

Tatiane Bahia do Vale Silva, Everaldo Pinheiro da Mota Júnior e João Paulo Menezes Lima tratam do tema da saúde no âmbito do envelhecimento. No artigo intitulado “O envelhecer na multiplicidade dos ‘Brasis’: aspectos relacionados à saúde”, os autores destacam as enormes diferenças entre as regiões do País e como elas impactam o acesso à saúde quando se

consideram fatores como gênero e raça/cor. Segundo eles, é essencial que grupos como populações tradicionais, do campo, da floresta e das águas sejam contemplados em suas peculiaridades quando se trata de saúde e envelhecimento. O trio enfatiza ainda a importância de uma atuação integral, por parte dos profissionais de saúde, em que seja considerado não apenas o binômio saúde-doença no atendimento aos pacientes, mas também levadas em conta as condições em que vive a pessoa idosa que busca atendimento.

No artigo “Renda, consumo e aposentadoria”, Marcio Pochmann, apoiado em dados que revelam a crescente presença da população idosa no Brasil, traça uma cronologia da atuação do Estado para atender às necessidades desse grupo. Segundo o autor, essa presença, cada vez mais difícil de ser ignorada, exige intervenções públicas em novas bases, de maneira urgente, pois as soluções privadas já provaram não serem capazes de oferecer cuidados e serviços para boa parte dessa população. Ele também aponta para a importância de compreender que a vida em sociedade acontece num processo contínuo de transições etárias, o que permitiria enxergar os idosos sob uma nova luz, que os retira da condição de fardo e problema fiscal permanente.

Geni Núñez, em seu artigo “As monoculturas do tempo: uma conversa sobre etarismo”, propõe-se a discutir “os efeitos do tempo colonial no exercício da sexualidade e afetividade através da chave de leitura do etarismo” (p. 139). A autora faz uma crítica à monocultura, que acaba por tolher a diversidade possível. De acordo com ela, o binarismo colonial, fortemente apoiado no cristianismo, é o que sustenta o modelo de monocultura em que se firmam as relações. Núñez usa como exemplo a monocultura do afeto, expressa na monogamia: é preciso abrir mão de todas as outras possibilidades para provar o afeto por alguém. Esse mesmo raciocínio – de negação de um para a afirmação de outro – pode ser usado para explicar o etarismo: é através da negação do velho que se reafirma o jovem. Essa lógica se aplica inclusive à sexualidade na terceira idade, considerada por muitos inexistente, já que idosos são comumente associados à impotência sexual. Essa percepção, no entanto, não leva em conta tantas outras possibilidades de amor que não passam pelo sexo. As imposições perversas da monocultura atingem também os mais jovens, que não enxergam suas próprias limitações nessa discussão que não permite área cinza.

O livro prossegue com um tema especialmente delicado: “Envelhecer e morrer hoje no Brasil”. Gustavo Assano provoca desconforto ao relativizar o que parecia absoluto: a morte como o grande equalizador. Ele argumenta que, embora a morte seja universal, o envelhecimento e a morte não são iguais para todos. De acordo com o autor, os mecanismos capitalistas, nos

quais o trabalho é a única razão da vida, transformam idosos em sujeitos descartáveis diante da improdutividade associada a esse período da vida – lógica essa que os despe de qualquer dignidade e faz com que a velhice se torne sinônimo de doença. Assano traça então um paralelo entre o que significa viver sob um prazo no sistema capitalista (velhice) e na vida (finitude): “[...] assim como há muito o que aprender com os esbulhados e tidos como descartáveis pelo sistema social que nos governa, há lições a serem aprendidas com os idosos, que convivem e aprendem a formular há eras sobre o que significa viver sob um prazo” (p. 162).

Em “Direitos e políticas públicas: considerações sobre a realidade vivenciada por pessoas idosas no Brasil”, Sálvea de Oliveira Campelo e Paiva e Vanessa Paloma de Lima Silva se debruçam sobre a necessidade de desafiar a lógica neoliberal, responsável pela elaboração de políticas sociais “em sua versão privatizada, focalizada e descentralizada” (p. 178). As autoras ressaltam que, embora as políticas sociais sejam sempre resultado da contradição “capital vs. trabalho”, é inegável o fato de elas constituírem uma conquista civilizatória que precisa ser defendida a todo custo. São elas que garantirão uma velhice digna a trabalhadores de todo o País.

A obra também aborda a questão feminina no envelhecimento. Não há dúvida de que a velhice no Brasil é feminina: as mulheres representam 52% da população brasileira e, entre os idosos, esse número sobe para 56%. No entanto, para boa parte dessas mulheres, envelhecer assume contornos de fardo. É o que mostra Naylana Paixão, em “Feminização da velhice: desigualdades de gênero e seus impactos no processo de envelhecimento”. A autora destaca que a velhice de mulheres negras de classe baixa é “marcada por opressões, sobrecarga, adoecimento físico e psíquico” (p. 183) e que a violência é um fato presente na vida de muitas delas, ainda que de diferentes maneiras. Segundo Paixão, faz-se urgente a discussão sobre a temática, que ainda é escassa em função da naturalização das desigualdades.

“Racismo no Brasil: a condição diferenciada de envelhecer dos/as trabalhadores/as negros/as” é o título do artigo de Tereza Martins, que constrói um argumento sobre o envelhecimento da mão de obra negra no Brasil a partir de sua história na sociedade e no mercado de trabalho, discorrendo sobre os determinantes histórico-estruturais que levam a tal fenômeno. Para ela, o racismo só poderá de fato ser combatido por meio de políticas públicas estruturantes e estruturadoras “voltadas à desconstrução das desigualdades sociorraciais e à proteção social de toda a classe que para viver precisa vender a sua força de trabalho, particularmente para os/as idosos/as racialmente discriminados/as” (p. 210).

Entremeado por depoimentos de residentes de instituições de longa permanência para idosos (ILPIs), o artigo “As ILPIs, e o imaginário de velhas e velhos”, de Michelle Ferret, justapõe a percepção de que tais entidades são lugares de solidão, abandono e tristeza e a compreensão de que serão cada vez mais necessários diante do envelhecimento acelerado por que passa o País e da conseqüente demanda por cuidados. A autora resalta a importância do planejamento e da reflexão sobre novas formas de moradia, como as ILPIs.

Embora esse não seja o intuito, os dois últimos capítulos fazem um bem-vindo arremate das discussões da coletânea. Vilma Bokany e Rachel Moreno, no texto “Por que estudar o envelhecimento?”, trazem a metodologia usada na segunda edição da pesquisa, bem como seus objetivos e principais resultados, abordando “coisas boas e ruins do envelhecimento” e discorrendo sobre tópicos como solidão, idadismo, violência e direitos.

Mas é o texto “De volta para o futuro: reflexões intempestivas sobre envelhecimento e gerontologia”, de Theophilos Rifiotis, que monta o grande quebra-cabeça formado pelos artigos que compõem essa obra. O autor sustenta a noção de que é a diversidade que vai permitir a compreensão do envelhecimento de uma forma mais rica e abrangente. Ele destaca o papel fundamental do diálogo franco e aberto, da interseccionalidade e da pluralidade na construção de uma sociedade em que o idoso seja encarado como um sujeito social e não apenas como objeto de assistência:

Se há algum mundo a ser construído, ele será resultante da pluralidade dos agentes. Um mundo comum não é um consenso, mas uma controvérsia em que os elementos trazidos pelas ‘partes’ devem ser validados pelo confronto com o contexto em que eles são vivenciados, e não com posturas apriorísticas (p. 252).

Em seu clássico *A velhice*, Simone de Beauvoir já apontava para as falhas da sociedade no tratamento de seus velhos, detalhando as diversas maneiras como o envelhecimento do indivíduo está associado à classe a qual pertence. É o sistema de produção que define como se envelhece e determina todos os desdobramentos desse movimento. O livro *Velhices: perspectivas e cenário atual na pesquisa Idosos no Brasil* aprofunda algumas das discussões trazidas por Beauvoir e abre caminhos para novas formas de compreender o envelhecimento a partir de uma realidade concreta e palpável. Com sua abordagem abrangente, rigor acadêmico e relevância social, a coletânea contribui significativamente para o avanço do conhecimento e para o desenvolvimento de políticas e práticas que promovam o bem-estar e a qualidade de vida na velhice.

REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone de. *A velhice*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos feministas*, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

IBGE. Censo 2022: número de pessoas com 65 anos ou mais de idade cresceu 57,4% em 12 anos. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38186-censo-2022-numero-de-pessoas-com-65-anos-ou-mais-de-idade-cresceu-57-4-em-12-anos>. Acesso em: 15 mar. 2024.